

APRESENTAÇÃO

Mudanças substantivas ocorreram no panorama geopolítico desde que escrevemos a apresentação do número anterior da *Revista da SEP*, há cerca de quatro meses. A principal delas é, sem dúvida, o recrudescimento da situação conflituosa, constituída várias décadas atrás, entre Israel e Palestina, a partir dos atentados de 7 de outubro. Evento com imediata repercussão mundial, a ferocidade da reação do Estado de Israel mobilizou milhões em protesto nas ruas das principais cidades do planeta, constituindo as maiores manifestações de massa já vistas desde o final da Segunda Grande Guerra. As repercussões no plano ideológico tampouco foram desprezíveis, com o inequívoco revigoramento da extrema direita no globo. Mas a funesta conjuntura serviu igualmente para colocar no centro das atenções a situação atroz da Palestina, com seu povo recorrentemente agredido e violentado em seus direitos, seja na prisão a céu aberto em que se transformou Gaza, seja no *apartheid* que comanda a vida dos palestinos também nos territórios da Cisjordânia.

Como pensar o andamento da vida material numa situação tão singular? Vitoria Baldin e Daniela Ramos trazem para este número de nossa revista a resenha do livro *Political Economy of Palestine: Critical, Interdisciplinary, and Decolonial Perspectives* (Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan, 362 p., 2021). Organizado por Alaa Tartir, Tariq Dana e Timothy Seidel, o livro porta uma coleção de artigos que postulam o entendimento de que uma abordagem econômica despolarizada é inadequada para compreender a realidade da Palestina ocupada. A partir de uma reflexão

sobre as lógicas e estruturas neoliberais ali predominantes, baseadas na exploração e desapropriação executadas por Israel e pelos negócios globais, o volume visa desnaturalizar as práticas do colonialismo capitalista, obtendo uma análise historicizada dessa economia tão peculiar. Segundo a resenha, a abordagem crítica decolonial dos autores dos capítulos explora o modo como a economia política da região é moldada por processos — coloniais e neoliberais — de acumulação por exploração e de acumulação por expropriação. Nessa medida, auxilia na compreensão do estado atual, bem como de seus liames com o processo de acumulação de capital em nível mundial.

Outro evento de crucial importância, principalmente para nossa América Latina, foi o resultado da recente eleição argentina, a qual elevou ao posto mais alto de um dos países mais importantes do continente um extremista ultraliberal, “anarcocapitalista” por autodefinição, o histriônico Javier Milei. Trilhando caminho semelhante ao do Brasil recente, mas em meio a uma situação macroeconômica muito mais complicada, o eleitorado do país vizinho caiu na narrativa antissistema de Milei, complicando nossa vida por aqui, mas sobretudo demonstrando que os anos esperançosos da famosa “onda rosa”, que varreu o continente logo no início do século, ficaram definitivamente para trás.

O bolivarianismo de Hugo Chávez foi seguramente um dos elementos mais marcantes, senão talvez o mais característico dessa onda. Neste número, Ana Carolina Gomes e Pedro Henrique Cicero refletem sobre os limites do endogenismo na Venezuela bolivariana. Tendo como retaguarda teórica o conceito de crise estrutural de István Mészáros, os autores buscam analisar de que modo se articularam aí, por um lado, as condições objetivas de produção sob o mecanismo do desenvolvimento endógeno, e, por outro, o padrão de reprodução capitalista que se torna hegemônico como resultado da referida crise. Para os autores, a crise estrutural (na visão de Mészáros, não mais cíclica, mas endêmica, crônica e cumulativa) teria reatualizado a dependência petroleiro-rentista do país caribenho, constituindo um limite à estratégia bolivariana de desenvolvimento das forças produtivas

domésticas mediante elevação do mais-valor relativo, gerando a agudização da crescente especialização produtiva a que a Venezuela está submetida.

A situação limite da Venezuela tem seus correspondentes locais também em outros países da América Latina, como o Brasil. Não é de hoje que se discute a reprimarização de nossa pauta de exportações, bem como a exploração cada vez mais acentuada de nossos recursos naturais. José Trindade e Lucas Ferraz apresentam artigo em que estudam a dinâmica da acumulação de capital do agronegócio brasileiro na região conhecida como Amazônia Legal brasileira. Fundados no conceito marxista de acumulação primitiva, devidamente atualizado com a noção de acumulação por espoliação de David Harvey, eles ilustram as dinâmicas características desses processos, tal como aí se estabelecem, como a expropriação de terras e a espoliação da natureza, sendo a despossessão, para eles, o principal motor por meio do qual ocorre a expansão capitalista na região.

O tipo de associação existente entre o agronegócio e as práticas espoliativas tende a se repetir em todos os setores em que há a atuação de grandes corporações e grandes grupos de capital. Tais personagens importantes do processo de acumulação, e que ganham cada vez mais poder na quadra que atravessamos, marcada por um incisivo processo de centralização de capitais, têm a capacidade de influir também na dinâmica política das economias locais, sobretudo em países periféricos, nos quais a condição dependente nunca deixou de existir, ainda que tenha ganhado novas formas. Em artigo neste número, Thiago Aguiar e Pedro Micussi mostram não só a transformação da brasileira *Natura* numa corporação transnacional sediada no Brasil (a quarta maior empresa de cosméticos do mundo), como o poder que ela adquiriu, tendo influenciado, por exemplo, uma profunda alteração na orientação político-ideológica do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi): de influente *think tank* desenvolvimentista, a instituição passa a defender políticas de ajuste estrutural e abertura econômica, bem como estratégias de transnacionalização.

Ainda neste número temos outro artigo que discute, desta vez diretamente e em plano estritamente teórico, *approachs* capazes de dar conta do processo de desenvolvimento na periferia. Herton Lopes salienta a possível convergência entre o estruturalismo latino-americano e o institucionalismo original quando o objeto de estudo são as economias periféricas. Tendo em vista as obras de Thorstein Veblen, por um lado, e de Celso Furtado, por outro, o autor sugere a existência de substantivos pontos de contato entre as duas visões, como a compreensão do desenvolvimento enquanto produto de um processo evolucionário de consolidação das instituições e a forma como as instituições determinam a aplicação do excedente e o progresso da indústria (consumo conspícuo em Veblen e efeito-demonstração em Furtado).

O debate acerca das questões relativas ao desenvolvimento, além de imamente a um modo de produção cuja lógica é a expansão, remete necessariamente à crise, a seus determinantes e às formas de sua superação. Com tal objeto em foco Raquel Azevedo elabora interessante artigo em que evidencia como o conceito de crise, tal como aparece em Marx, pode ser traduzido na estrutura matemática do cálculo diferencial, mais precisamente na definição de infinitesimais estabelecida por Leibniz. O importante dessa aproximação é que a autora, partindo de uma inversão que haveria entre o papel desempenhado pela teoria da crise em Marx e Keynes — no primeiro, é a partir da crítica da economia política e da forma valor que surge necessariamente a crise, enquanto no segundo é a existência da crise que leva à crítica necessária do sistema — mostra que a crítica é inseparável da noção de transição do modo de produção.

É também a relevância da forma valor, mais propriamente a dificuldade de sua compreensão, que estaria por trás dos limites revelados pelo chamado “debate sobre o cálculo socialista”, o qual remonta às primeiras décadas do século XX e tem sido retomado pela literatura contemporânea. Esta é a tese defendida por Gabriel Duccini no artigo que fecha esta edição. Para ele as amarras das teorias econômicas burguesas, bem como a ausência de crítica da própria forma valor, constituíram entraves para o entendimento

do papel da planificação e do cálculo econômico sob o socialismo, dado que os participantes da controvérsia, opostos embora, mantiveram inalterada a forma social capitalista em seus pressupostos e modelos.

Do ponto de vista da economia política materialista, as mudanças recentes e de razoável calibre no panorama mundial a que nos referimos na abertura desta apresentação — das quais destacamos o conflito Palestina x Israel e a eleição de Javier Milei na Argentina — não podem, nem devem, ser dissociadas do compasso do processo global de acumulação de capital, o qual enfrenta hoje obstáculos que derivam de sua própria lógica e por trás dos quais comparece a cada vez mais incisiva e devastadora penetração da forma valor nas várias instâncias da vida social. Da perspectiva desta publicação, é a dificuldade de percepção e compreensão dessa forma tirânica, a despeito do desvendamento teórico realizado por Marx, que explica a complexidade crescente dos problemas hoje enfrentados, bem como os embaraços existentes na busca de soluções que apontem no sentido de sua efetiva superação, tanto no plano geopolítico quanto no plano social e ambiental.

O conjunto de artigos aqui publicados espera contribuir para uma proveitosa reflexão a respeito da maré contra a qual remamos. Por isso, agradecemos, mais uma vez, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro que forneceram o decisivo apoio material para que pudesse vir a público esta edição. Ficam aqui nossos sinceros agradecimentos.

Boa leitura!